



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Conselhos: Instrumentos de Controle Social



**Conhecendo
mais o TCE-MT**

Quem somos?

Uma instituição pública de **controle externo** que **zela** para que os **recursos públicos** sejam **bem aplicados** pelos **gestores**.



O que fazemos?

Orientamos, fiscalizamos, julgamos e avaliamos o desempenho da gestão e os resultados das políticas públicas, contribuindo para a qualidade e a efetividade dos serviços prestados à sociedade.

**O TCE-MT fiscaliza
533 gestores públicos
e é responsável pela
fiscalização de
20 bilhões de reais de
recursos públicos.**



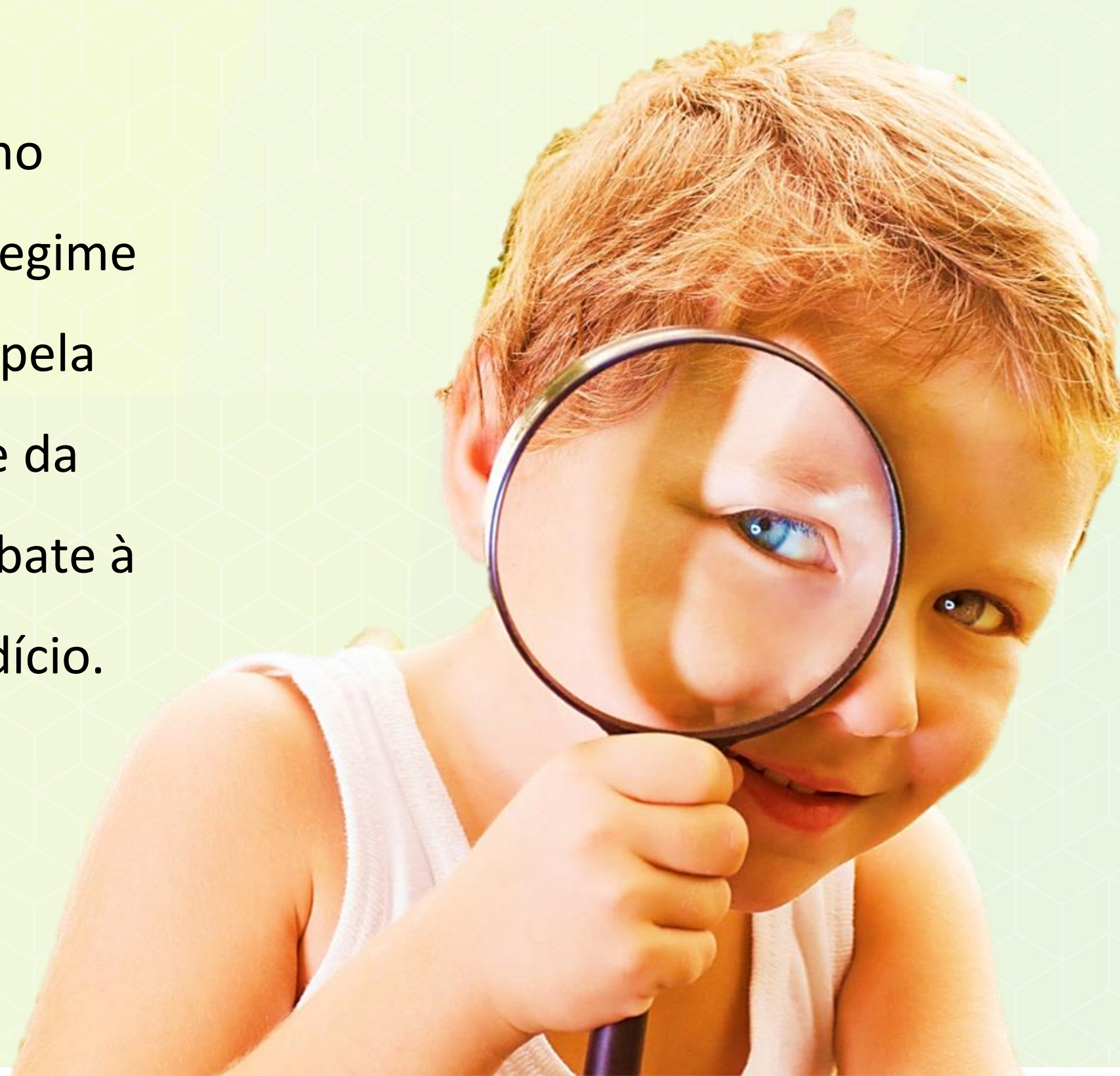
Missão do TCE-MT

Controlar a gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios de Mato Grosso, mediante orientação, avaliação de desempenho, fiscalização e julgamento, contribuindo para a qualidade e efetividade dos serviços, no interesse da sociedade.



Nossa Visão

Ser reconhecido como
instituição essencial ao regime
democrático, atuando pela
melhoria da qualidade da
gestão pública e no combate à
corrupção e ao desperdício.



Negócio do TCE-MT

Controle da gestão dos recursos públicos.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Nossos Valores



- ✓ Justiça
- ✓ Qualidade
- ✓ Profissionalismo
- ✓ Transparência
- ✓ Consciência Cidadã – Estimular o exercício da cidadania e do controle social da gestão pública

Quem são vocês?

- Estagiários das faculdades de Serviço Social da Unic-Barão e Univag.
- Professores, coordenadores, diretores e representantes do CDCE e das escolas selecionadas pela Seduc.
- Assessores pedagógicos da Seduc.





Por que estamos aqui?

Estimular a consciência cidadã no âmbito da comunidade escolar, mediante a realização de atividades multidisciplinares, que viabilizem a discussão sobre a gestão pública e o exercício do controle social.



O que iremos fazer nesta tarde?

- Compreender mais sobre o TCE-MT, suas ações de controle externo e de estímulo ao controle social.
- Conhecer mais sobre Controle Social, a importância e o fortalecimento dos conselhos, em especial do CDCE.





Conhecendo a SAI do TCE-MT

SAI – Secretaria de Articulação Institucional e Desenvolvimento da Cidadania

CRIAÇÃO – 27 de dezembro de 2005,
através da Lei Nº 8.412/05

MISSÃO – Garantir o estímulo ao
exercício do controle social mediante
estratégias de aproximação do controle
externo com a sociedade, visando o
desenvolvimento da cidadania.

NEGÓCIO – Controle Social



Controle Social no TCE-MT

Satisfação da sociedade em relação ao controle externo



SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Parcerias Institucionais

- ✓ **Parcerias** com Instituições para articular troca de conhecimento e experiências



Visitas Técnicas

- ✓ **Visitas de servidores** de outras Instituições para conhecer produtos do TCE-MT

SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

TCEstudantil

- ✓ **Visita ao TCE-MT de alunos do ensino médio e superior**
- ✓ **Ações de Controle Social**
- ✓ **Glossário do TCE-MT**
- ✓ **Perguntas e Respostas ao Cidadão**
- ✓ **Gibi do TCE-MT**



SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Programa Consciência Cidadã

- ✓ **PDI – Projeto 2** “Incentivo ao Acesso a Informação e a Consciência Cidadã”
– Público: Conselhos de Políticas Públicas
- ✓ **Capacitação via EAD** sobre Controle Social e Cidadania para Conselheiros de Políticas Públicas e Sociedade
- ✓ **Oficinas para Conselheiros** de Políticas Públicas discutir as demandas da sociedade e inserí-las no planejamento estratégico do município
- ✓ **Palestras para universitários e alunos do ensino médio** e outros segmentos da sociedade
- ✓ **Promoção do diálogo** com a sociedade nos municípios mato-grossenses



SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

Objetivo Geral: Estimular a consciência cidadã no âmbito da comunidade escolar, mediante a realização de atividades multidisciplinares e a utilização do GIBI do TCE-MT como instrumento de viabilização da discussão sobre a gestão pública e o exercício do controle social.



SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

Objetivos Específicos:

Estimular na comunidade escolar o **protagonismo social** e o controle dos recursos públicos aplicados na sua localidade;

Fortalecer os conselhos deliberativos para o exercício das suas funções, fomentando sua interface com a comunidade e com os demais controles;

Formar lideranças comunitárias e estudantis;

Criar na comunidade uma postura proativa no acompanhamento da qualidade dos serviços públicos prestados no seu bairro, em especial na melhoria dos resultados da educação;

Apresentar os canais de comunicação do TCE-MT e fomentar sua utilização no acompanhamento e avaliação das políticas públicas;

Estimular a busca de informações sobre os serviços públicos prestados no seu bairro e apresentação dos canais de comunicação institucionais disponíveis para sua participação

SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

O projeto será desenvolvido em três etapas:

1ª ETAPA - (6 meses) incluindo pesquisa teórica e levantamento social, análise institucional, estudo do público-alvo, elaboração do projeto com definição de cronograma e atividades.

2ª ETAPA - será realizada, em campo, nas unidades escolares indicadas pela SEDUC com aplicação de atividades multidisciplinares dentro dos eixos norteadores pré-definidos: elaboração e aplicação do projeto de intervenção; em cidadania, liderança, conselho escolar, controle social e práticas integradoras.

3ª ETAPA - será a elaboração do TC pelos estagiários trazendo a descrição das experiências, as práticas realizadas, as avaliações aplicadas, os resultados obtidos com relatórios circunstanciados com evidências de cada passo implementado.

SAI do TCE-MT: seus projetos e produtos?

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

Eixo 1: Cidadania	Cidadania e sua relação com o controle externo (TCE-MT)
Eixo 2: Liderança	Formação de liderança
Eixo 3: CDCE	Fortalecimento dos conselhos e capacitação dos conselheiros do CDCE
Eixo 4: Controle Social	Controle Social e as oportunidades de exercer sua cidadania.
Eixo 5: Ação Integradora	Apresentando os resultados alcançados

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

EIXO 3: Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE)

TEMA: Fortalecimento dos conselhos e capacitação dos conselheiros do CDCE

SUB-TEMA: Papel dos conselhos, função e prerrogativas. Papel e funções dos conselheiros e a importância da participação dos diferentes segmentos representativos no CDCE: alunos, professores e pais de alunos.

AVALIAÇÃO: Avaliação das atividades e avaliação da qualidade da educação.

RESULTADOS ESPERADOS: Fortalecer a ação do CDCE, conselheiros capacitados para exercerem a sua função e elevar a participação dos membros dos diferentes segmentos nas reuniões ordinárias do conselho.

COMO APLICAR NA REALIDADE: Participando das reuniões e acompanhando as decisões do CDCE, a prestação de contas da escola e os resultados do ensino. Propondo melhorias para a sua unidade educacional.

Consciência Cidadã na Comunidade Escolar

Resultados Esperados

- **Fortalecer a ação do CDCE e capacitar os conselheiros para exercerem as funções nas reuniões do Conselho.**
- **Estimular o compromisso de participar e acompanhar as decisões do CDCE.**
- **Propor melhorias para a Unidade Escolar.**





**Como chegamos
até aqui!**

Década de 80: Redescoberta da Sociedade

Uma **sociedade** cada vez mais **organizada**, que se apresentava para uma **Administração Pública** ainda fundamentada na ideia clássica que, de tempos em tempos, **os representantes são eleitos para monitorar as ações de um governo**, que orienta e supervisiona seus administradores.





**Os movimentos
sociais buscavam
ser ouvidos pelo
Estado**



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Cenário Político... Um Filme!



Em 1984, em estado ditatorial, milhões de brasileiros mobilizaram-se nas ruas, em torno do **movimento Diretas Já!**



Após **21 anos de ditadura militar**, foi indicado civil para presidente, com **eleições indiretas (Colégio Eleitoral)**. Ano: 1985.



Mesmo com a eleição e morte de Tancredo Neves, o Estado Democrático de Direito foi mantido, com a posse de José Sarney e com a **instalação da Assembleia Nacional Constituinte**.



O Filme Continua!



Constituição de 88, com 28 anos de promulgação, foi um marco para a democratização das ações públicas.

O país saía de anos de autoritarismo, onde o aparelho estatal estava **engessado, ineficiente** e extremamente **burocrático**.



Nova era no Brasil, com participação popular ativa e combatente.

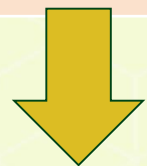
Há no país um **novo cenário** legal, político e social.



Cenário Legal

CONSTITUIÇÃO CIDADÃ CF 1988	EMENDA CONSTITUCIONAL 19/1998	LRF LEI 101/2000	LEI 131/2009	LEI 12.527/2011
Fortalece a cidadania. (direito e deveres)	Administração Burocrática. (Foco em processos)	Participação da sociedade na elaboração do orçamento e no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. (transparência e clareza das informações Art. 48,I)	Determina a disponibilização, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos	Lei de Acesso a Informação: obriga todos os órgãos públicos a oferecer informações sobre suas atividades a qualquer pessoa que solicitar os dados
Criação de instrumentos de controle social. (Conselhos Públicos)	Administração Gerencial (Foco em resultados)	Gestão fiscal responsável, responsabilização do gestor e participação da sociedade nas aplicações dos recursos públicos	Todos os gestores têm a obrigação de divulgar as despesas e receitas da administração em páginas oficiais	Os gestores precisam disponibilizar no site todas as informações referentes a administração. A informação é a regra e o sigilo é exceção

Fonte: Vuolo (2012)



CIDADANIA
(Participação
Popular +
Conselhos Públicos)



EFETIVIDADE
(Resultado/ Eficácia,
Programas e Projetos
de Gestão)



RESPONSABILIZAÇÃO
(Participação Popular
na Elaboração e Discussão
dos Planos)

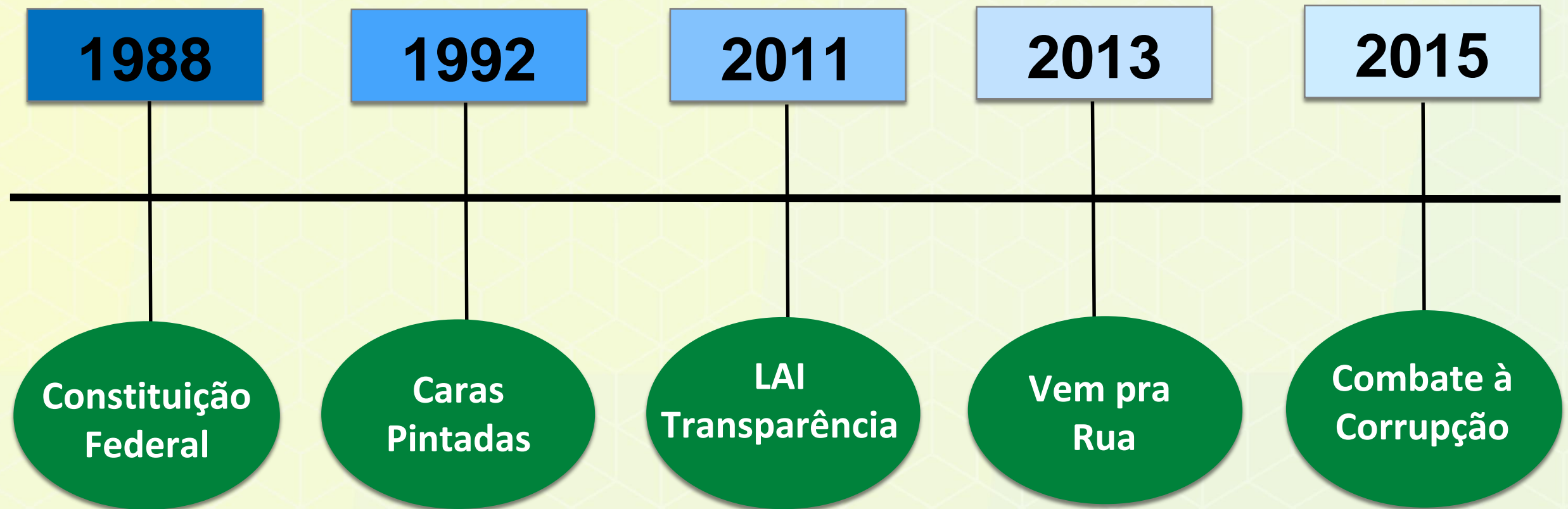


TRANSPARÊNCIA
(Órgãos Públicos)



TRANSPARÊNCIA
(Ativa e Passiva de todos os
Órgãos Públicos)

Cenário Social



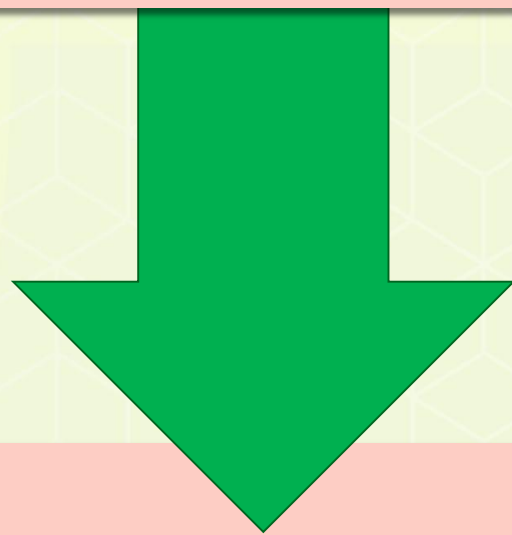
Fonte: Vuolo (2016)



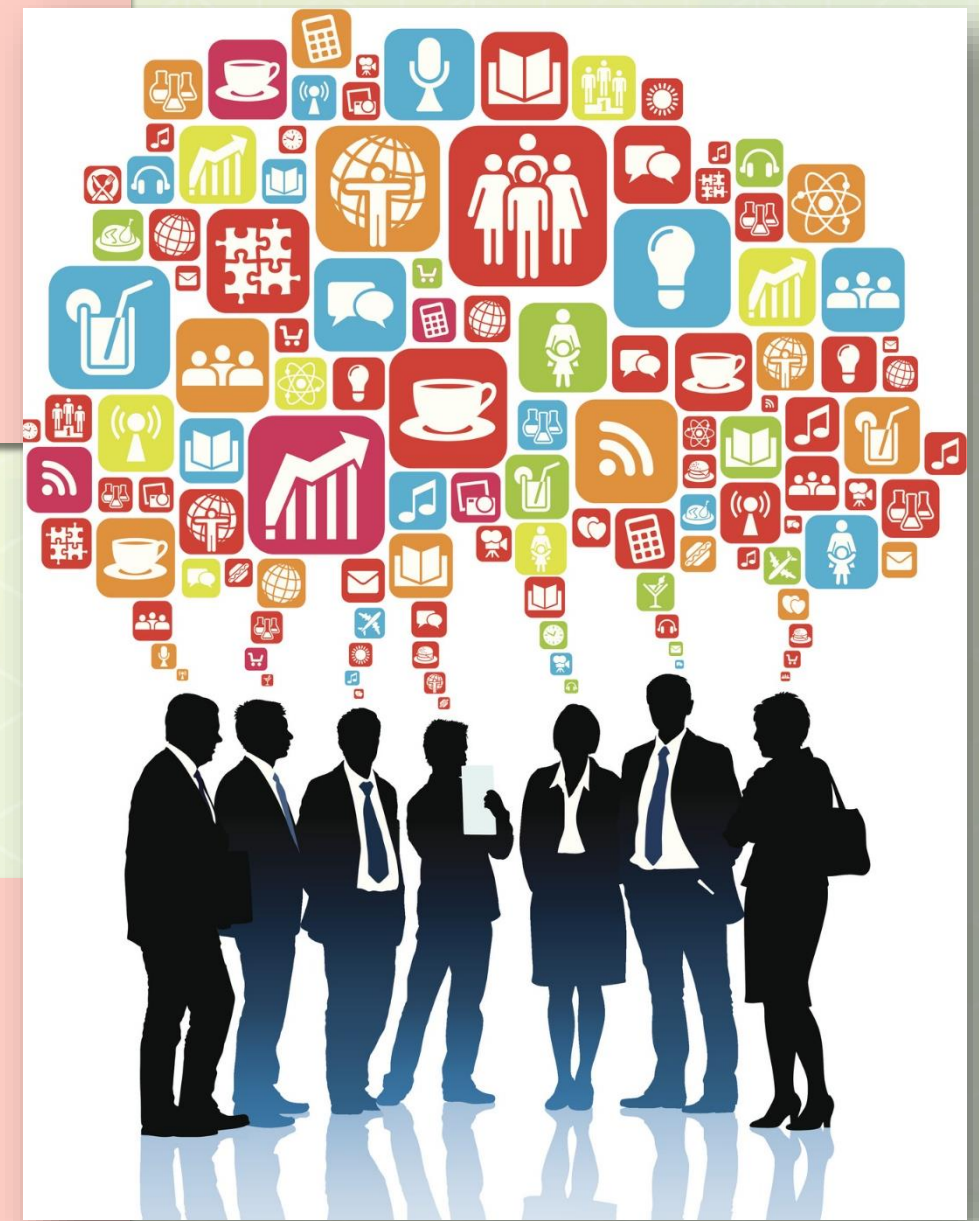
Cenário Social

Temos o **cenário político e legal**.

Agora, as nossas ações precisam apresentar o **novo cenário social**.



Cidadão, individual ou coletivamente, participando e exercendo seu papel de acompanhar e avaliar a gestão pública.



Participação Popular

- Representam um grupo específico
- A mobilização vista como aglutinação de pessoas para fins de **protestos e manifestações públicas**
- Busca ter voz

CONSEQUÊNCIA

A **mobilização** era o único elemento motivador da sociedade e as energias eram canalizadas para o grupo.

Participação Cidadã

- A participação passa a ser concebida como **intervenção social periódica e planejada**
- Toda ênfase passa a ser dada nas políticas públicas.
- Está lastreada na **universalização dos direitos sociais**

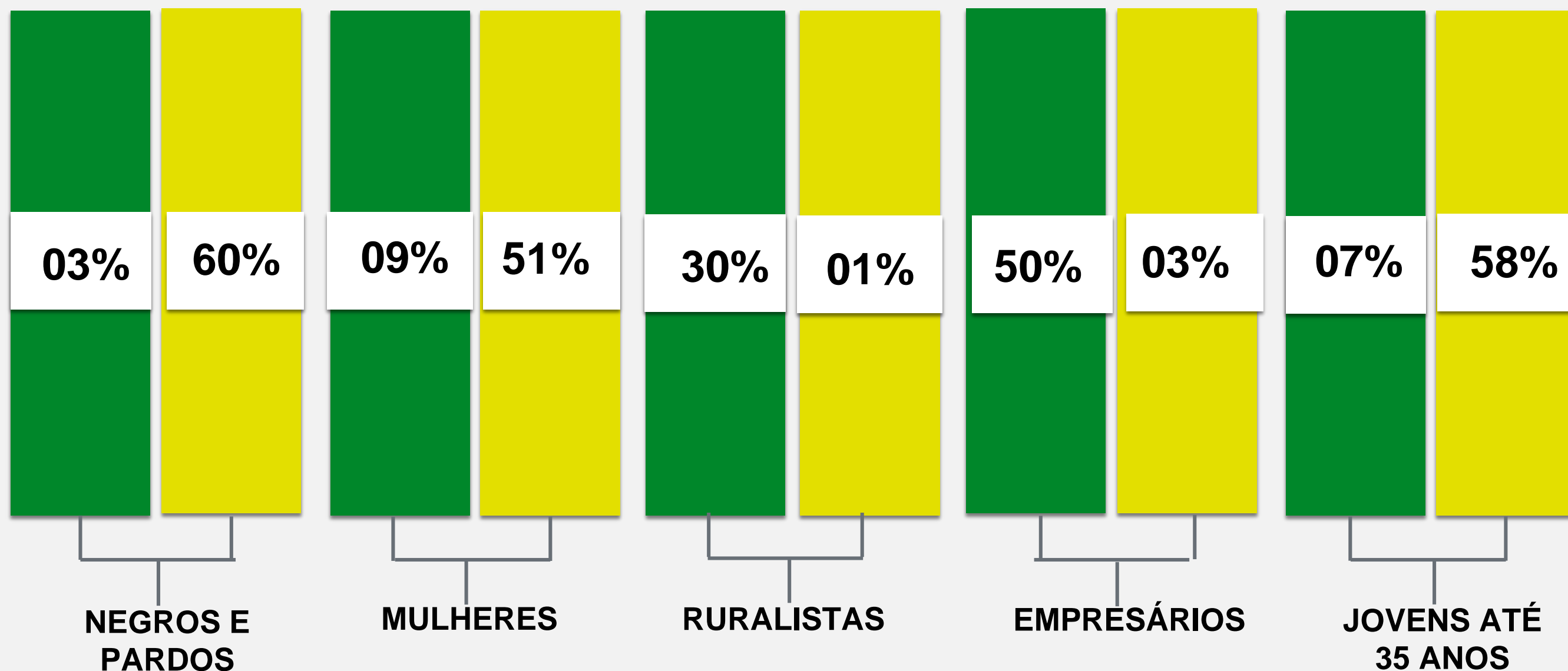
CONSEQUÊNCIA

Empoderamento de grupos e indivíduos via a capacitação política e organizacional.

Composição do Congresso Nacional (2015-2018)

CONGRESSO
SOCIEDADE

2015: Perfil do Congresso Brasileiro





Controle Social: Fortalecimento da Cidadania

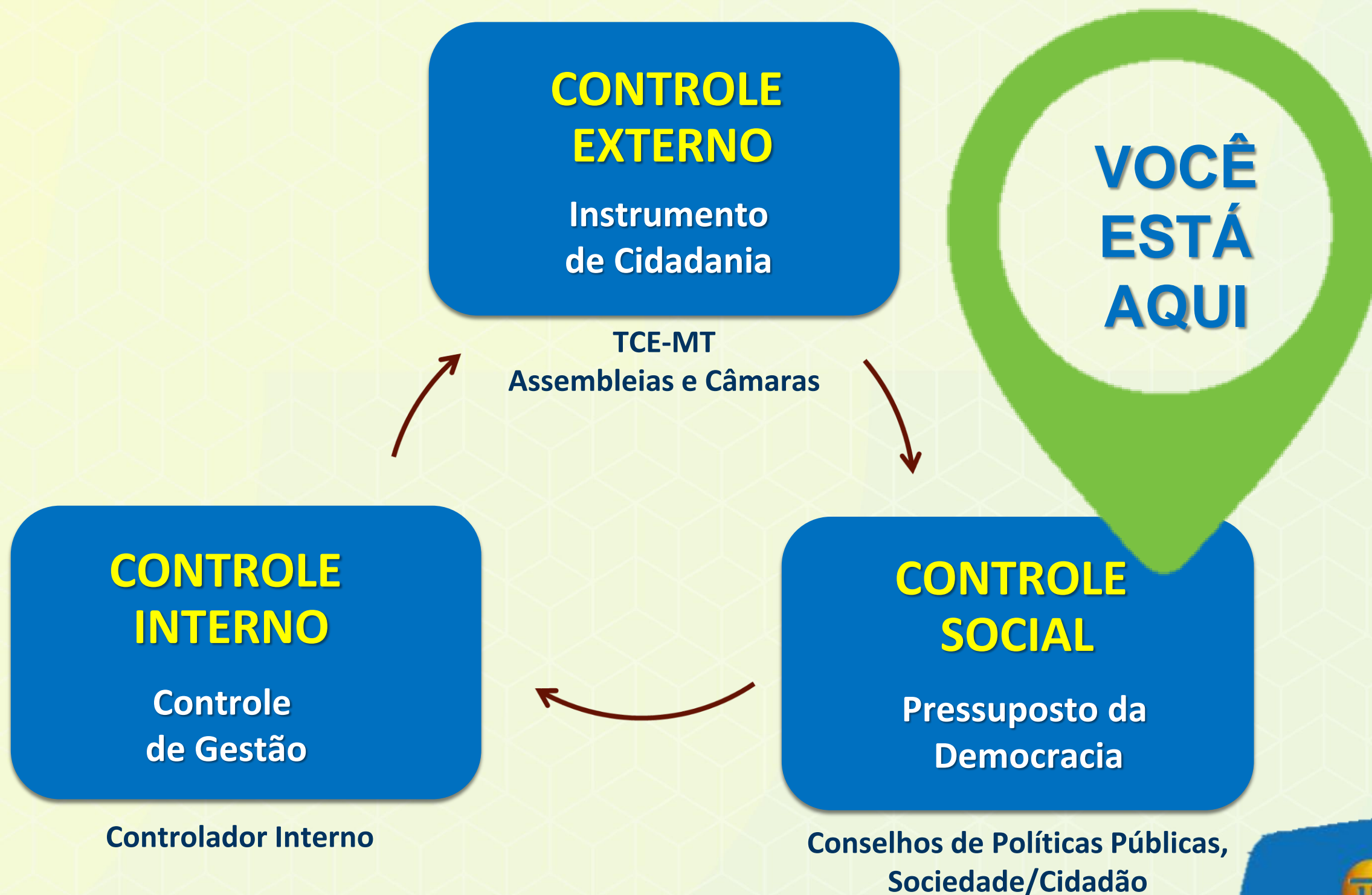


**Não existe
democracia
sem controle**



Controle dos Recursos Públicos

Fonte: Vuolo (2012)



Controle Social:

“É o controle público não estatal, que atua de fora para dentro do estado, como exercício do direito de fiscalização da atividade pública, complementar ao estatal, (...) que converge para a ampliação da participação popular no exercício do controle.” (Jair Lima Santos)



Dimensão do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

Fonte: Guia de Estudos de Capacitação de Conselheiros de Assistência Social (BRASIL, 2009)



O exercício do **controle social**
é uma **garantia constitucional** presente nas
leis que regem a **administração pública**.



O **objeto** do controle social é **abrangente**, pois pode ser exercido na **ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO**, na **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** dos recursos públicos , na **PRESTAÇÃO DE CONTAS** dos gestores e na **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS** das ações do governo.



Para a sociedade realizar o Controle Social é necessário...

1 Cultura Participativa

Envolver-se nos processos participativos (participação)

- Buscar informações públicas e saber utilizá-las (organização)
- Ações voltadas para consolidação de interesses coletivos (controle social)

2 Informação

- **Publicidade:**

Obrigação dos gestores de tornar público todos os atos administrativos

- **Transparência:**

Democratização do acesso às informações

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

INSTRUMENTOS	O QUE FAZER
Ouvidoria dos órgãos públicos	Fazer denúncias, críticas e sugestões referente a gestão pública
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Pedir informações sobre qualquer assunto
Denúncias aos órgãos de controle externo	Encaminhar denúncias aos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos
Ação Popular	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	Garantir o direito de acesso a informação
Tribunal Livre	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto

Fonte: Vuolo (2012)



INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

INSTRUMENTOS	O QUE FAZER
Conselhos de Políticas de Públicas	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à sociedade

Fonte: Vuolo (2012)

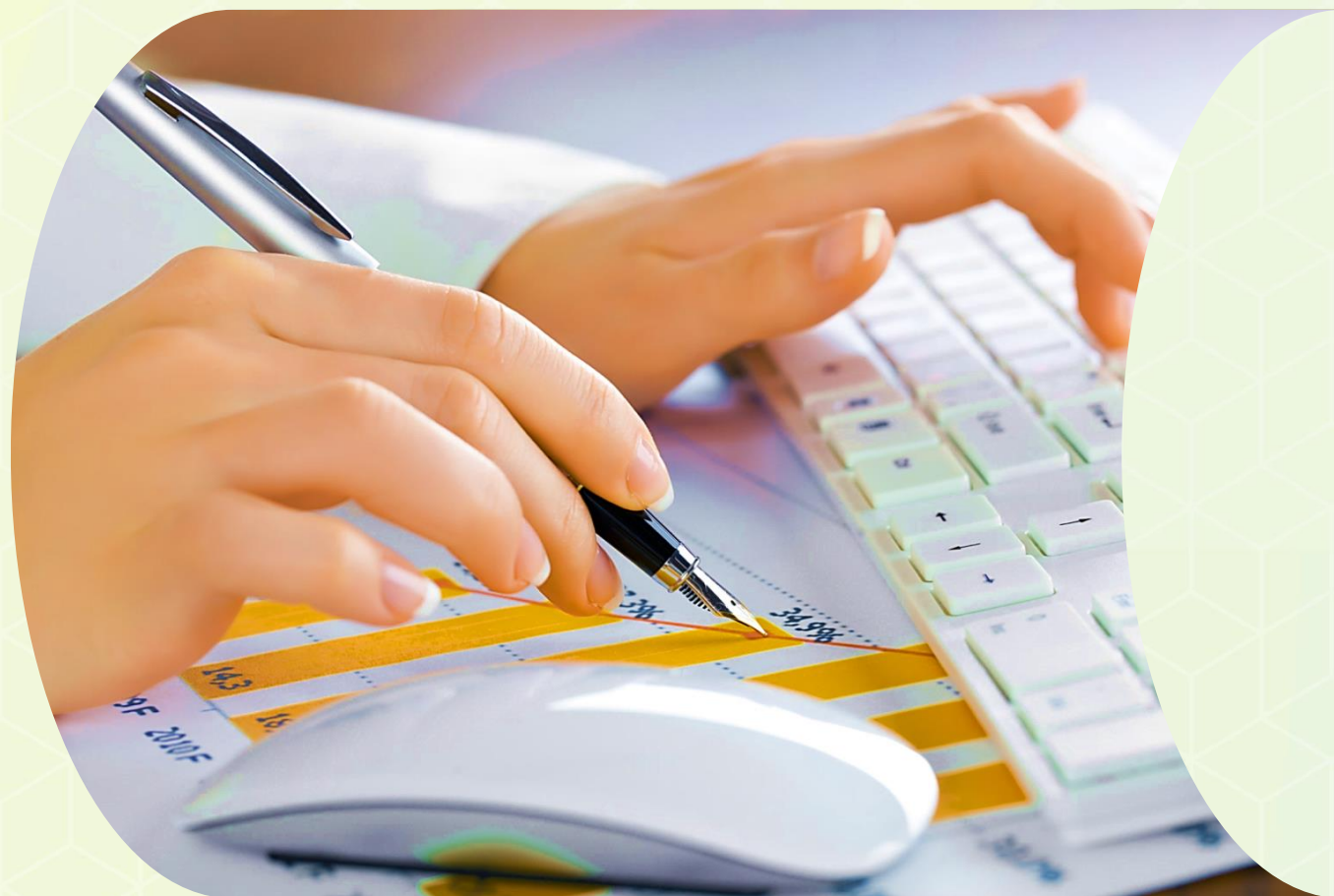




Conselhos: Instrumentos de Controle Social

Na **constituição de 88** os conselhos de políticas públicas **ganharam forma**. Mas, foi **a partir** da formatação de leis **específicas**, ainda nos primeiros anos da **década de 90**, e que **começaram a se efetivar**.

A simples existência da estrutura dos conselhos de políticas públicas **não garante** a sua **efetividade**.





Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – **DEMOCRATIZAÇÃO** (ampliação da participação social)

2 – **DESCENTRALIZAÇÃO** (das políticas sociais e fortalecimento do poder local)

A **identidade dos conselhos** foi constituída a partir dos novos movimentos sociais e embasadas em **dois fatores**:

1 – O reconhecimento do povo como **AGENTE TRANSFORMADOR**

2 – **CULTURA CRÍTICA**, com base no repúdio a todas as formas de opressão



A identidade pode ser compreendida a partir de duas variáveis:

- DESENHO INSTITUCIONAL**
- TRAJETÓRIA POLÍTICA**



Os conselhos são **espaços públicos** de
composição **plural e paritária** entre
estado e sociedade, de natureza

**PROPOSITIVA,
MOBILIZADORA,
DELIBERATIVA,
FISCALIZADORA E
CONSULTIVA,**

cuja função é formular
execução das políticas públicas.





CDCE

Leis que regulamentam

CF/88 – Artigos 205 e 206: dispõe sobre a Educação ser direito de todos e dever do Estado e da Família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, assim como, cita os princípios básicos que norteiam o ensino (igualdade, liberdade, pluralismo, valorização e etc)

Lei 9.394/96 – Artigo 14: Lei de Diretrizes e Base que dispõe sobre as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Lei 13.005/14: Lei que trata do Plano Nacional de Educação e traça as suas diretrizes

Lei 7040/98-MT: Lei que regulamenta o Artigo 14 da Lei Federal 9.394/96, bem como o inciso VI do Artigo 206 da CF/88, adotando o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino

O Que é?



- ✓ **Instrumento de gestão democrática** dentro da unidade escolar
- ✓ **Espaço coletivo** onde os diferentes segmentos da comunidade escolar e local estão representados
- ✓ **Órgão colegiado**
- ✓ **Decisões são tomadas em grupo** e nenhum conselheiro tem poder para tomar decisões isoladamente.



Por que surgiu mesmo o CDCE?



Para atender às necessidades das comunidades escolar e local, participando da gestão escolar de maneira coletiva e democrática.



Os segmentos que compõem a Instituição Escolar

- Direção da Escola
- Equipe Pedagógica
- Funcionários
- Professores
- Alunos
- Pais e/ou responsável do aluno



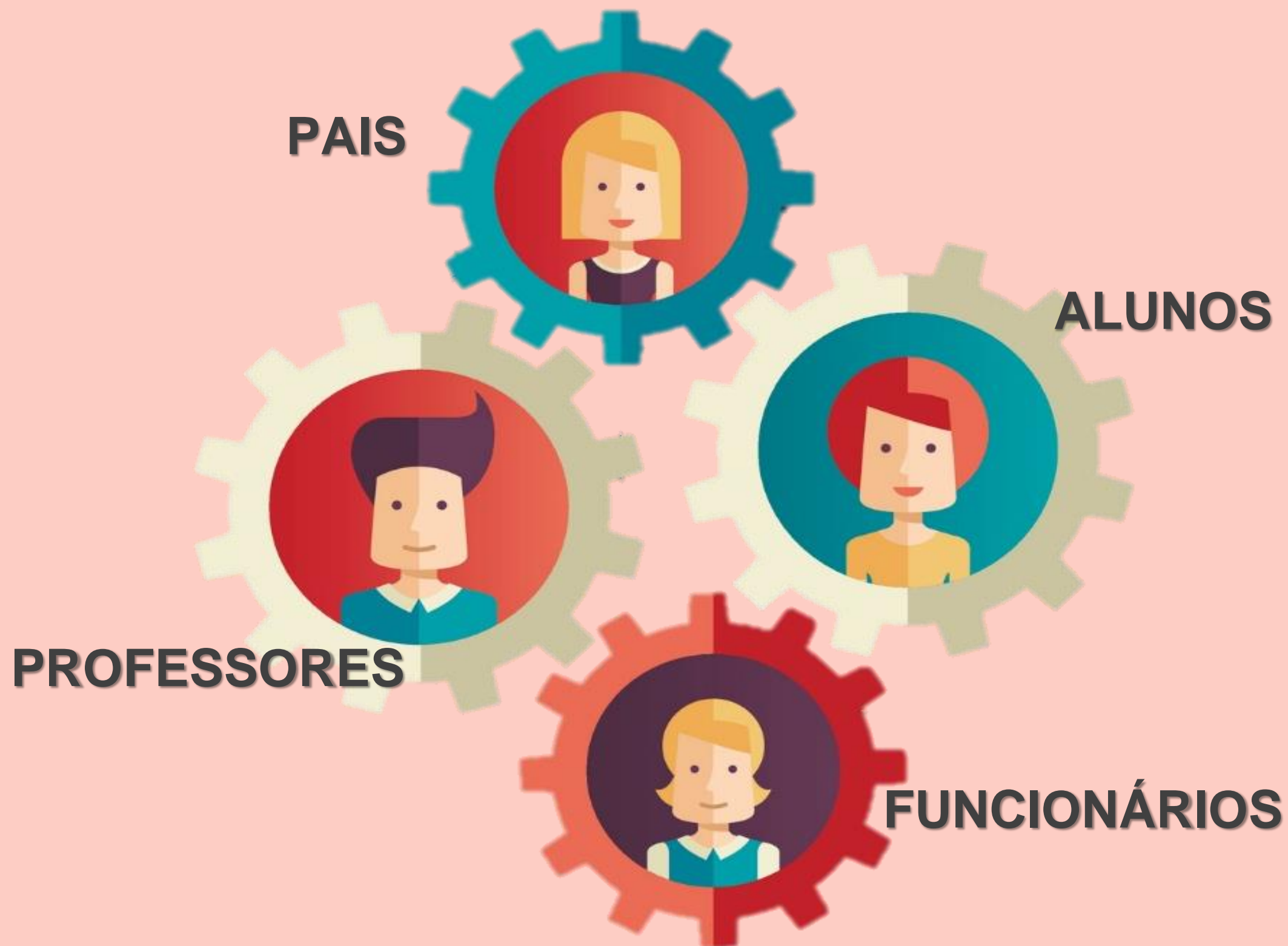
Como é Constituído?



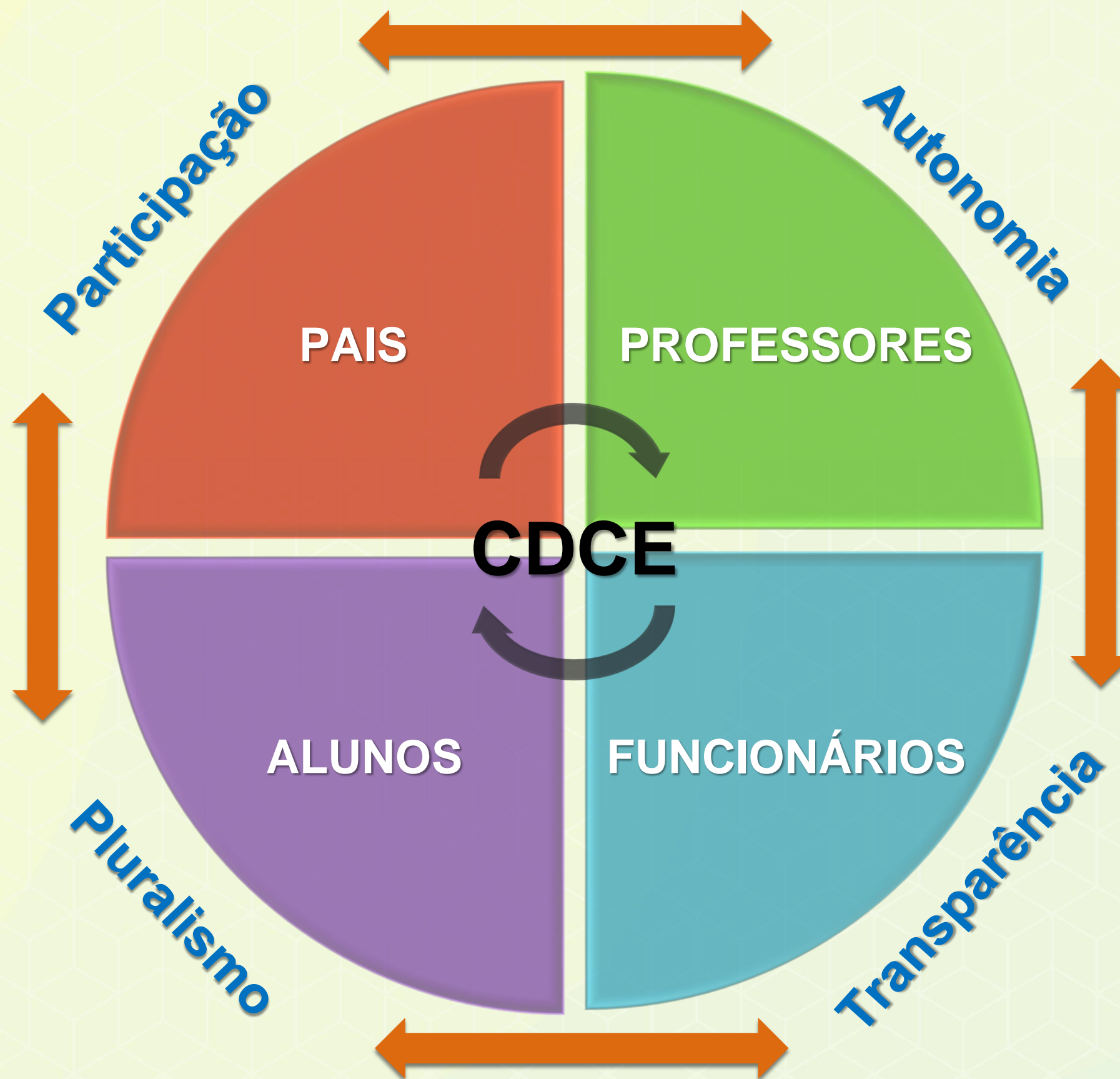
- ✓ Paritariamente por profissionais da educação básica, pais e alunos
- ✓ Formado no mínimo 8 e no máximo 16 membros
- ✓ 50% representantes do segmento escola e 50% da comunidade, sendo o diretor da escola membro nato do Conselho



Composição do CDCE



Princípios da Gestão Democrática



Princípios da Gestão Democrática

PARTICIPAÇÃO	AUTONOMIA	TRANSPARÊNCIA	PLURALISMO
Condição básica para a gestão Democrática. Ela se dá de forma direta (assembleias, reuniões) e indireta (conselhos e instância similares)	Constrói coletivamente seu Projeto Político Pedagógico. A gestão democrática garante a autonomia em dois níveis: 1 - sujeitos históricos e 2 - autonomia da escola	Está intrinsecamente relacionada à ideia de que a escola é um espaço público	Garante respeito a diversidade que marca os sujeitos envolvidos no processo educativo.



Como são Eleitos?

- ✓ Os representantes do CDCE serão **eleitos em Assembléia segmentadas**, vencendo por maioria simples
- ✓ O **presidente, tesoureiro e secretário** do conselho são **escolhidos entre os membros já eleitos**
- ✓ É **vedado ao diretor** da unidade escolar **ocupar o cargo de presidente do CDCE**



Formação da Diretoria Executiva do CDCE

PRESIDENTE

TESOUREIRO

SECRETÁRIO



**O Diretor
Escolar é
membro nato
do CDCE**

Quando acontecem as reuniões?

Ordinariamente uma vez por mês, exceto nos períodos de férias e de recesso escolar, em dia e hora marcados, mediante convocação do presidente

Extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, diretor escolar ou por solicitação da maioria de seus membros

Todas as reuniões devem ser registradas no livro ata do CDCE e assinadas pelos presentes

O CDCE deverá afixar na unidade escolar, em lugar visível:

- **Convocação**
- **Cronograma das reuniões ordinárias**
- **Ata das reuniões**

Para a decisão tomada ter validade é preciso ter 50% + 1 dos membros titulares



Os conselheiros do CDCE devem?



1. **Participar das decisões da gestão escolar**
2. **Participar das discussões, elaboração e execução do projeto político-pedagógico**
3. **Acompanhar as questões administrativas e financeiras, no âmbito da escola,**
4. **Construir uma educação de qualidade social**



As funções do CDCE têm natureza?

- ✓ **Consultivas**
- ✓ **Deliberativas**
- ✓ **Mobilizadoras**



As funções do CDCE:

A Função Consultiva	Exercida por meio de pareceres, propostas de soluções e procedimentos para a melhoria do trabalho escolar
A Função Deliberativa	Relacionada à competência específica atribuída ao CDCE para decidir em instância final, acerca de determinadas questões.
A Função Mobilizadora	Ação efetiva de mediação entre a unidade escolar e os segmentos da escola e a comunidade local, estimulando e desencadeando estratégias de participação, de co-responsabilidade e de compromisso de todos para a construção de uma escola de qualidade

O CDCE é responsável por:

- Averiguar as necessidades da unidade escolar e **definir as ações prioritárias** da instituição no **Projeto Político Pedagógico**
- Elaborar e executar o orçamento anual da unidade escolar
- Verificar a destinação e **aprovar as contas** referentes aos **recursos financeiros** por ela **recebidos**
- **Deliberar e aprovar o processo** e os resultados **da avaliação interna e externa da escola**
- Divulgar bimestralmente as atividades realizadas pelo Conselho



Conselho Escolar





Dinâmica dos Conselhos

Quatro perspectivas a ser trabalhada

- 1 - Constituição/Composição
- 2 - Atuação
- 3 - Atitude dos Conselheiros
- 4 - Condições de Trabalho





Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Constituição/Composição

- Ingerência do poder Executivo ou de representantes de entidades
- Assistencialismo, clientelismo ou paternalismo político

Atuação

- Existência de colegiados meramente formais
- Falta de integração com os órgãos de controle externo



Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Atitude dos Conselheiros

- Falta de cultura participativa e de fiscalização
- Desinteresse ou baixa motivação por parte de alguns membros

Condições de Trabalho

- Falta de condições logísticas para funcionamento
- Ausência de treinamento ou capacitações
- Dificuldade para acessar as informações públicas



**E no CDCE
quais fatores
dificultam a
atuação dos
Conselhos?**



Fatores que dificultam a ação do Conselho:

- Conflitos entre membros do CDCE e a equipe gestora.
- Centralidade do CDCE na direção de muitas escolas.
- Resistências dos profissionais da escola para participarem (como membro) do CDCE.
- Pouca participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, principalmente pais e alunos.



Fatores que dificultam a ação do Conselho:

- Falta de calendário sistemático de reuniões
- As reuniões não tem pauta definida e falta clareza e objetividade para tomada das decisões
- Reuniões do CDCE são direcionadas e exclusivamente para a prestação de contas
- Pouca transparência dos atos do CDCE para a comunidade





Essas práticas colocam a **administração** e o **cidadão** numa relação de **soberano** e **súdito**, “com todas as implicações, inclusive psicológicas e psicossociais, aí envolvidas”.

(Celso Antônio Bandeira de Mello)



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

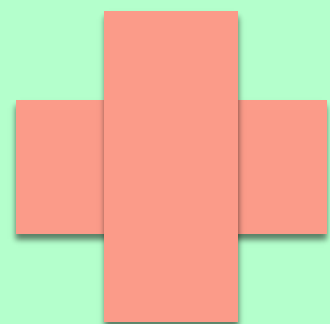
Implicações Psicológicas

Existe um paradigma social que para **fiscalizar** a gestão é necessário **ser do contra**.

Logo, as pessoas acham **desagradável** **participar** das decisões e têm **medo dos interesses políticos e ideológicos** envolvidos nas organizações públicas.



CONSEQUÊNCIA



Cultura Reclamatória



Cultura Participativa



CONSEQUÊNCIA

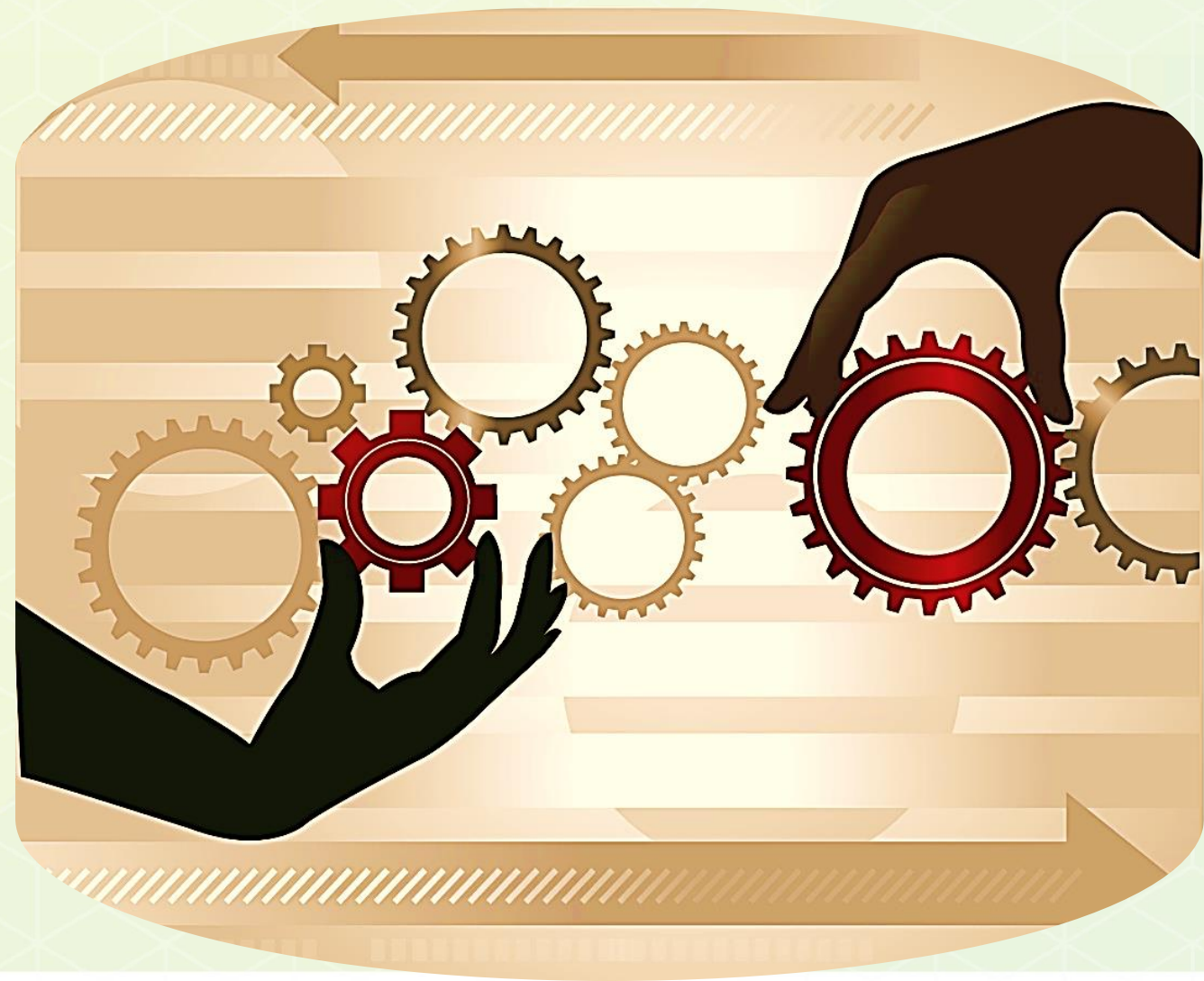
Síndrome da Vitimologia dos Conselhos



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Implicações Psicossociais

- ✓ O **funcionamento eficaz dos conselhos** não é um **entrave** para a gestão, com também não é **uma garantia** de solução absoluta dos problemas da administração pública.
- ✓ Antes deve ser um **compromisso democrático**, é um importante instrumento de **cidadania** a ser fortalecido e aprimorado.



Os **conselheiros não devem desanimar ou conformar** com as limitações, dificuldades e falhas existentes na aplicação de instrumentos constitucionais e legais de controle social, mas, sim, **inspirar-se em ações** corretivas que possam **efetivar melhorias** na gestão pública.





Enfrentando os Desafios

Para cumprir com o seu objetivo

- **Estimular a participação de novos segmentos** interessados na área de atuação dos conselhos
- **Ampliar os espaços democráticos de participação e escolha** dos membros
- Dar a devida **atenção às atas de reuniões** e a continuidade de temáticas entre uma reunião e outra
- **Evitar** a criação de uma **elite decisória** (mesmos grupos no poder)



Para cumprir com o seu objetivo

- **Identificar e avaliar** as deliberações do conselho
- **Reconhecer** na **divergência de ideias e opiniões** uma oportunidade de aprofundamento das propostas e decisões e **melhoria do convívio democrático**
- Saber **trabalhar** com as figuras de **autoridade** (presidente ser o secretário municipal)
- **Desburocratizar** processos e ações



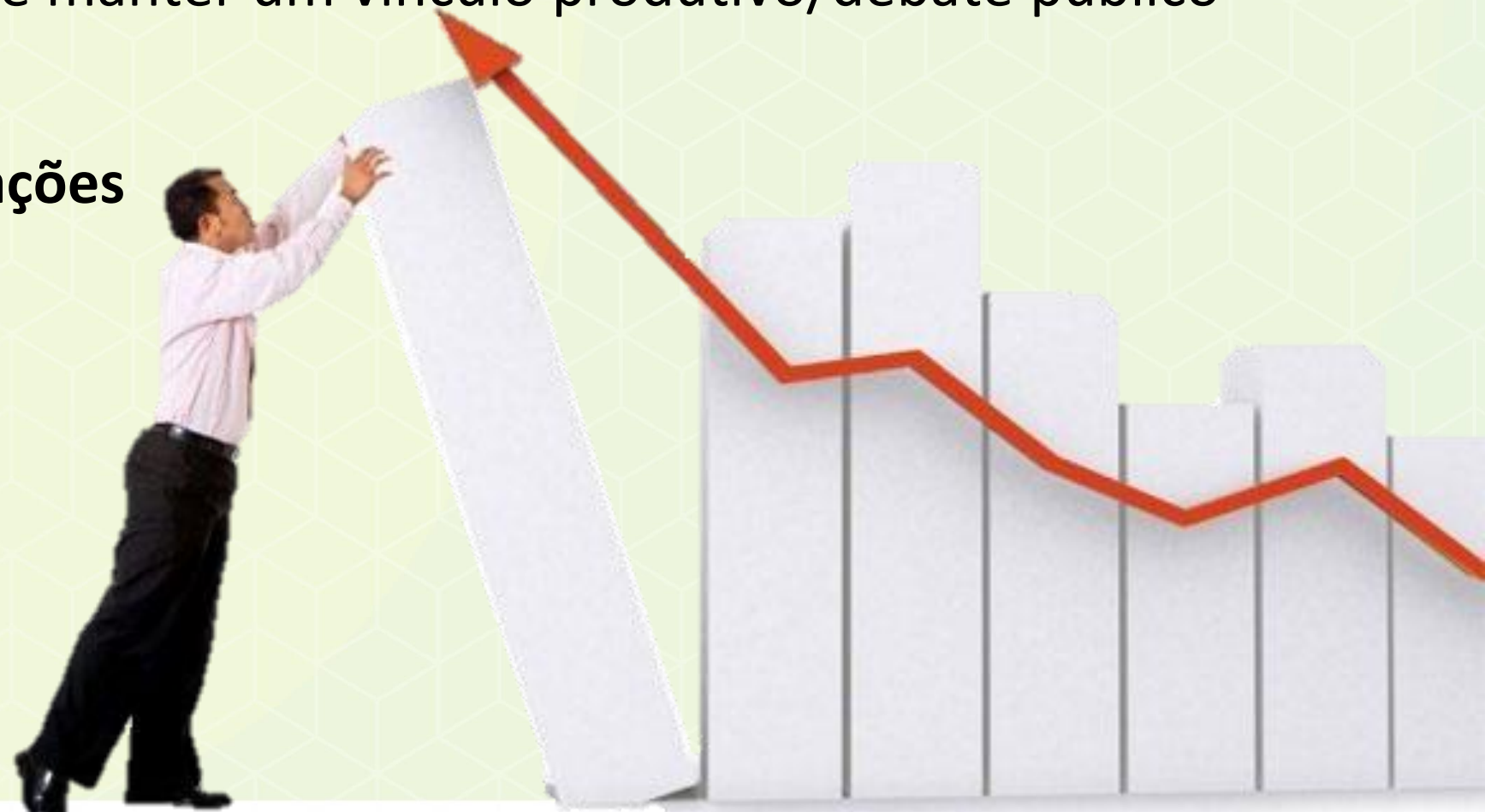


Para cumprir com o seu objetivo

- Saber reunir **informações relevantes** para discussão
- **Obter informações públicas com qualidade** e buscar outras fontes para subsidiar as proposições e decisões
- **Criar canais de comunicação** específicos dos conselhos
- Estabelecer **diálogo com os representantes** do Executivo e do Legislativo
- Buscar o **envolvimento dos meios de comunicação** de massa do Município

Para cumprir com o seu objetivo

- **Participar de atividades**, seminários, cursos, oficinas e reuniões de **formação**
- **Participar ativamente** do processo de construção das peças orçamentárias
- Firmar **parceria com a iniciativa privada** para implementação de ações estratégicas dos conselhos
- **Aproximar da sociedade** e manter um vínculo produtivo/debate público continuado
- Ser o **canal das reivindicações** popular



Para cumprir com o seu objetivo



- Criar mecanismos de **acompanhamento da execução e divulgação** das decisões
- Ser **independente** nas **opiniões** (ter igual poder para determinar o resultado final das decisões)
- Implementar **ações** que **elevem o grau de comprometimento** do governo municipal
- **Mensurar o impacto** das decisões dos conselhos na melhoria efetiva da **qualidade da gestão**.



**Colocando a
mão na massa**

Como vamos trabalhar?



- Dividir os participantes em 6 grupos
- Cada grupo deverá eleger:
 - ***1 coordenador*** que irá conduzir o trabalho
 - ***1 secretário*** responsável pelo cartaz e pela anotação do consenso do grupo
 - ***1 orador*** para apresentar o resultado do trabalho em grupo
- Todos devem expor sua opinião

Trabalhando...

- Cada Grupo receberá **1 cartaz** e **1 folha** com sugestões de ações a serem desenvolvidas pelos conselhos;
- Estes materiais deverão ficar sob a **responsabilidade do secretário;**
- O **coordenador** irá fazer a **leitura (2min)** das questões e conduzirá a **discussão (25min)** até um **consenso (5min);**
- O **secretário** registrará o **consenso (5min)** e o **orador** apresentará **(2min)** e justificará o resultado do trabalho do grupo.





Reflexão Final

Avaliação do Projeto – Eixo 3



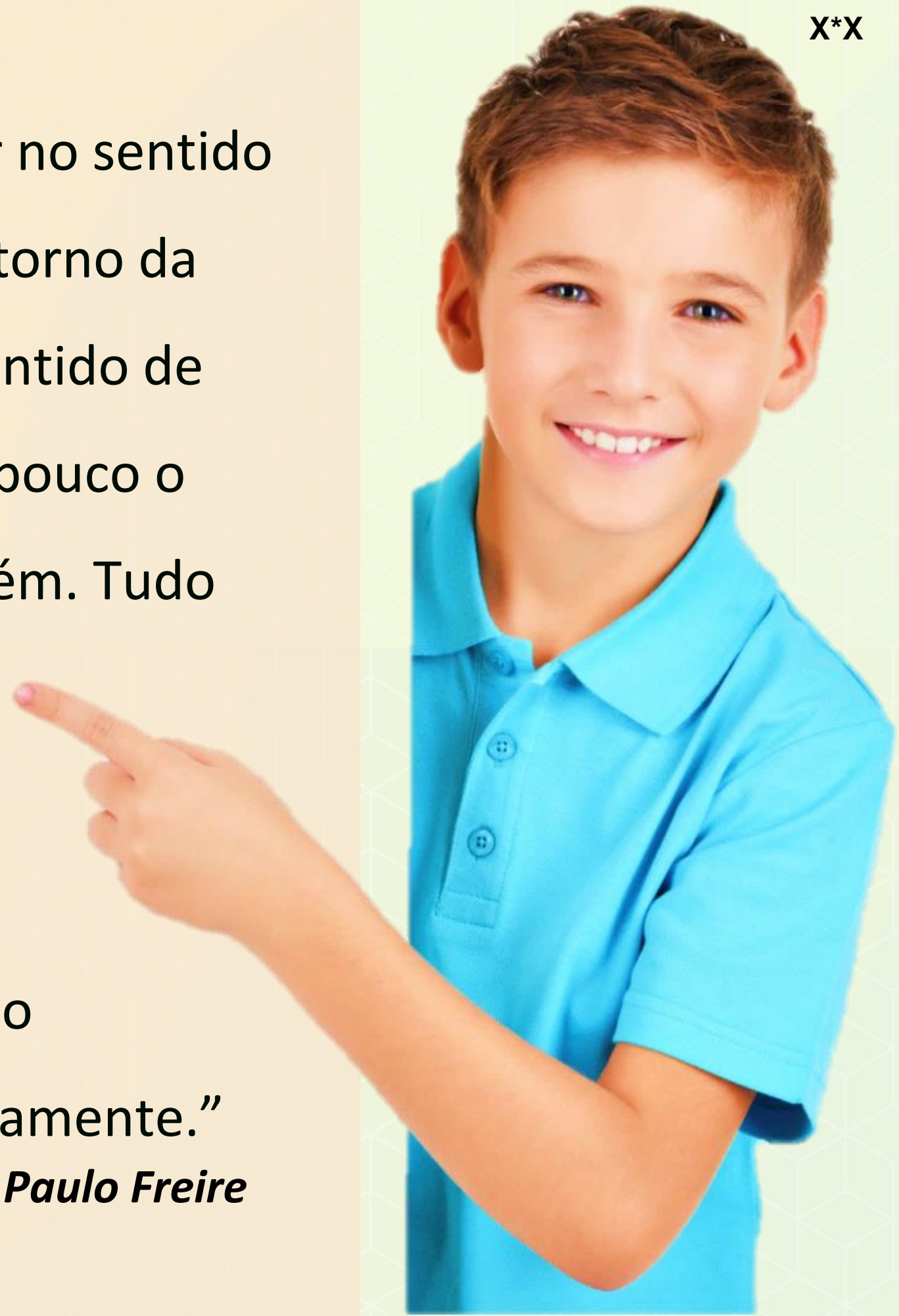
➤ UNIVERSIDADE E ESCOLA

Avaliação das atividades desenvolvidas

Avaliação da Qualidade da Educação

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire



Muito Obrigada!

Cassyra L Vuolo

Secretária de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania

cassyra@tce.mt.gov.br / (65) 3613-2951



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO